

Cerrado, Natureza e Meio Ambiente na Revista *A Informação Goyana* (1917-1935)

Maria de Fátima Oliveira¹
Giuliana Muniz Vila Verde
Eliézer Cardoso de Oliveira
Sirlene Alves da Silva

Resumo: O presente artigo versa sobre a natureza e o meio ambiente no Cerrado, a partir da investigação em artigos publicados na Revista *A Informação Goyana*, periódico que circulou entre 1917 e 1935. A referida análise documental apresenta-se em três dimensões: em primeiro lugar, a Flora do Cerrado tratada ora com olhar dos viajantes oitocentistas, vista como exuberante e maravilhosa, ora com um olhar mais prático e utilitarista voltado para a planta como alimento e para o seu uso medicinal. A segunda dimensão trata das questões ambientais numa interface que polariza as questões ambientais com o desenvolvimento econômico: por um lado, a necessidade da exploração agrícola, ou seja, uma preocupação econômica, e por outro, a defesa de um Código Florestal com vistas à preservação ambiental, debate ainda muito contemporâneo. E por último, o olhar trazido pela Revista sobre os Rios, que além de exaltados como beleza natural eram vistos como solução estratégica para a integração da região central com o litoral do país. A análise mostra que esta Revista, além da importância histórica, se constitui como fonte primordial para o conhecimento da natureza e dos saberes tradicionais importantes à saúde dos povos do Brasil Central.

Palavras-chave: Cerrado, Riquezas, Natureza, Revista *A Informação Goyana*

Abstract: This article deals with nature and the environment in the Cerrado based on research in articles published in *A Informação Goyana*, a magazine that circulated between 1917 and 1935. We present the documentary analysis in three dimensions: the first is Cerrado's Flora – sometimes treated with the eyes of 19th-century travelers, seen as exuberant and wonderful, seldom with a more practical and utilitarian look towards the plant as food and for its medicinal use. The second dimension deals with environmental issues in an interface that polarizes environmental issues with economic development: on the one hand, the need for agricultural exploration, that is, an economic concern, on the other, the defense of a Forest Code with a view to environmental preservation, a debate that is still very contemporary. And third, the magazine's view about the rivers, which, besides being extolled as natural beauty, was seen as a strategic solution for the integration of the central region with the country's coast. The analysis shows that this magazine, in addition to its historical importance, constitutes a primary source for the knowledge of nature and traditional knowledge significant to the people's health of Central Brazil.

Keyword: Cerrado, Riches, Nature, Magazine *A Informação Goyana*.

Introdução

O aparecimento hoje desta publicação se justifica pela própria necessidade que havia de um órgão informático de propaganda das incomparáveis

¹ **Maria de Fátima Oliveira:** Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Curso de História e do Programa de Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). proffatima@hotmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9519-8093> - **Giuliana Muniz Vila Verde:** Doutora em Biologia Molecular (UFG). Docente e pesquisadora do Curso de Farmácia e Mestrado Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). giuliana.muniz@ueg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3073-6193> - **Eliézer Cardoso de Oliveira:** Doutor em Sociologia (UnB). Professor do Curso de História e do Mestrado em Território e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). ezi@uol.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7763-7454> - **Sirlene Alves da Silva:** Mestre em Ciências Sociais e Humanidades no Programa de Pós Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professora no Colégio Estadual Comendador Christóvam de Oliveira. sirlepiri@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1057-8370>

riquezas nativas do *interland* brasileiro – essa vastíssima região quase desconhecida sob todos os seus aspectos e que, no entanto, possui os mais fortes elementos para se incorporar às correntes progressivas das mais prósperas zonas do nosso país (SILVA; BRASIL, 1917, p. 1).

A Revista *A Informação Goyana* foi fundada no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, mais precisamente em agosto de 1917 e circulou até 1935. Cobrindo quase 20 anos de publicações sobre o Brasil Central, é uma fonte indispensável para pesquisadores que se debruçam sobre diversos temas desta vasta região que abrange o Cerrado brasileiro. Sob a direção de dois goianos, Henrique Silva² e Americano do Brasil³, um dos objetivos da Revista era o de divulgar as riquezas de Goiás, tornando-as conhecidas no âmbito nacional e incentivando investimentos na região, como é apresentado em seu número de lançamento: “[...] um dos principais esforços desta revista é precisamente colocar diante dos olhos capitalistas, dos industriais e dos comerciantes as possibilidades econômicas sem conta do Estado mais central e menos conhecido do Brasil” (Vol. I, n. 1, 1917, p. 1). Os editores reforçam ainda a justificativa da necessidade da criação da revista devido ao pouco ou nenhum espaço dado à região nos meios de comunicação dos grandes centros, principalmente pelos do Rio de Janeiro, nos quais o desconhecimento é tão grande que é comum confundirem Goiás com o estado de Mato Grosso.

Na historiografia brasileira e regional, o período que abrange sua circulação compreende parte da República Velha e a Revolução de 1930, com seus subsequentes reflexos no país, e particularmente em Goiás. Dentre estas mudanças, destacam-se a alteração no domínio político que, após longo período de domínio dos Caiado, viu-se a ascensão do grupo de Pedro Ludovico Teixeira, a construção de Goiânia e a efetivação da transferência da capital do estado.

Retrocedendo-se há dois séculos, a descoberta do ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho e proximidades no século XVIII, segundo Palacin (1994), teria antecipado a

² Henrique José da Silva, fundador e diretor principal da revista nasceu em Bonfim (atual cidade de Silvânia - GO) em 1865, ingressou na carreira militar, frequentando a Escola Militar da Praia Vermelha. Colaborou com diversos jornais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Faleceu em maio de 1935, ano da última publicação da revista (NEPOMUCENO, 2003, p. 61).

³ Antônio Americano do Brasil (1892-1932) era sobrinho-neto de Henrique Silva. Era médico e exercia também as profissões de professor, jornalista e político. Atuou na revista juntamente com Henrique Silva de 1917 a 1930 (NEPOMUCENO, 2003, p.62).

ocupação⁴ da região de Goiás em século e meio a dois séculos da penetração normal, pois Goiás não havia despertado o interesse da Coroa Portuguesa, por estar distante do litoral, em local de difícil acesso, e por não oferecer nenhum produto atrativo para o comércio. Foi então, como afirma Palacin, que a descoberta do ouro (1722/25) na região fez com que a atenção da coroa portuguesa se voltasse para as minas dos Goyazes. Mas a riqueza do ouro não durou muito em Goiás, de modo que nas últimas décadas do XVIII já era visível a diminuição da extração do metal (PALACIN, 1994, p. 65).

Passado o auge da mineração, Goiás não encontrou uma saída econômica que substituísse a riqueza fácil da extração aurífera no afamado século do ouro. No século XIX, difamado como o século da decadência, a província de Goiás foi estigmatizada tanto por viajantes estrangeiros e nacionais, e o conceito foi reproduzido até mesmo por historiadores. No advento do século XX até o final de suas três primeiras décadas, a situação de Goiás, segundo Luís Palacin, não se modificara substancialmente, pois “Continuava sendo um Estado isolado, pouco povoado, quase integralmente rural, com uma economia de subsistência” (PALACIN, 1989, p. 90).

É, portanto, nesse contexto que é fundada a Revista *A Informação Goyana*. Os assuntos abordados na Revista são diversos, com especial destaque para os seguintes temas: os meios de transportes, a problemática dos rios e da navegação, a educação, a imprensa, as questões indígenas, a economia, as intrigas pela definição dos limites de Goiás, a transferência da capital federal, a construção de Goiânia, e as questões relativas às riquezas naturais, como suas florestas, madeiras nobres, a árvore papiro entre outras.

Resta dizer que, embora outros pesquisadores já tenham se dedicado ao estudo desse documento tão significativo para a História de Goiás e do Brasil com bons resultados, ele ainda oferece inúmeras possibilidades para novas abordagens, como é o caso do presente artigo que investiga, pela perspectiva desse periódico, aspectos da natureza e do meio ambiente no Cerrado na primeira metade do século XX.

A Flora do Cerrado na Revista *A Informação Goyana*: exuberância e uso medicinal

Não há aí região brasileira mais rica em plantas medicinais que aquela que o Estado de Goyaz cobre, seus campos nativos principalmente. (SILVA, 1931, p. 76).

⁴ O autor refere aqui à ocupação desencadeada pelos bandeirantes e colonizadores, utilizando-se de um termo elucidativo que é o da *corrida do ouro*, pois a referida região já era habitada pelos autóctones desde longa data.

O Cerrado de outros tempos, não é mais o mesmo. Este bioma é possuidor da segunda maior extensão de terras no país e com seus mais de 2 milhões/km² figura como a maior savana do mundo. Possui uma exuberante fauna e flora, com mais de 11.000 espécies vegetais das quais 4.400 são endêmicas, ou seja, próprias do lugar (DIAS, 1992; RATTER et al., 1996). Na sua historicidade evolucionista, ele chegou ao *status* de vegetação clímax⁵, com características botânicas, morfológicas e fisiológicas próprias, que o difere dos demais biomas nacionais. Assim, o mosaico vegetacional que constitui o Cerrado é fruto de um perfeito equilíbrio de fatores bióticos e abióticos que determinam sua identidade e a natureza complexa da simbiose necessária a sua existência como define Horieste Gomes (2008).

Essa relação entre a raridade e a beleza é percebida na necessidade de fazer pulsar o orgulho de desfrutar de tal ambiente. No artigo “um mundo desconhecido”, há uma comparação com o Olympto, onde:

Lá, o pensamento alarga-se com as linhas indefinidas dos horizontes, diante da deslumbradora paisagem a imaginação exaltada acende-se, e o coração, à medida que caminhamos para o desconhecido, que nos atrai e domina, ora estremece receoso, ora pulsa violento, cheio do nobre orgulho brasileiro. (RAMOS, 1917, p.24).

A revista contém um alto percentual de artigos sobre as riquezas naturais do Cerrado. Por mais de uma vez, inclusive no primeiro número da revista, *Americano do Brasil* ressalta a importante contribuição dos viajantes e cientistas que visitaram a região, mas não deixa de destacar que suas incursões eram, geralmente, superficiais, não se afastando muito das trilhas dos bandeirantes ou das estradas reais. Isto é, não adentraram as densas matas. Sua crítica torna-se mais ácida com relação à ignorância dos funcionários de órgãos públicos do país sobre a flora do Brasil Central. “Mas nada disso sabem os *pseudos phytologistas* do Ministério da Agricultura ou os curiosos compendistas e ensaístas que não viram outras florestas que as da Gávea e Tijuca e a vegetação de climas europeus das nossas avenidas asfaltadas” (BRASIL, 1917, p. 2).

⁵ Vegetação clímax significa que por causa de suas características morfo-fisiológicas atingiu o seu equilíbrio vital há milhões de anos, e, portanto não há possibilidade de regeneração, segundo Horieste Gomes, 2008.

O fundador da revista critica ainda as muitas informações reproduzidas pelos “organizadores de nossa carta botânica” sobre a flora e a fauna de Goiás, que segundo ele, estavam, em muito, equivocadas, sendo descabidas, visto que muitos botânicos que escreviam sobre o assunto sequer tinham passado pela região. Desse modo, os editores destacam que uma das missões da revista é a de, por um lado, divulgar as riquezas que até o momento se encontram inexploradas, e por outro, desfazer os muitos enganos que circulam sobre a região do Brasil Central, como evidenciado no seguinte excerto.

No atraente esboço dos aspectos morfológicos de nosso mal conhecido *interland* certamente ocupará demorada atenção e particular carinho científico a determinação exata da variegada e opulenta distribuição fitológica, já pelos caracteres específicos de habitat, já pelas incalculáveis variedades ainda alheias a qualquer classificação ou conhecimento dos competentes (BRASIL, 1917, p. 2).

São muitos os artigos dedicados à divulgação dos diversos tipos das plantas nativas de Goiás e até mesmo da fauna, que figuram como estratégia de estímulo ao desenvolvimento do Estado de Goiás. Assim, a flora tem ressaltada as suas qualidades, como é o caso da peroba rosa.

Começa, finalmente a ser conhecida no Rio a ainda não explorada riqueza florestal de Goiás. A peroba rosa, de procedência goiana, é hoje a preferida pelos compradores de madeira, em virtude de possuir menos fibra e se prestar admiravelmente à marcenaria e variados trabalhos da indústria... (SILVA, 1926, p. 16).

Além da peroba rosa, são citados o cedro, o vinhático, o landi, o gonçalo alves, o bálsamo, entre outras. Em seguida, é fornecida uma lista de quatorze empresas compradoras de madeiras em Goiás, localizadas no Rio de Janeiro.

À planta lobeira, *Lobelia cardinalis*, são dedicadas algumas páginas na revista. São dois artigos seguidos afirmando que ela prolifera naturalmente na região de Goiás. O primeiro artigo defende que ela deveria ser cultivada e melhor aproveitada, inclusive na culinária, como componete no fabrico da marmelada. Ressalta-se também seu uso no alimento do gado e como planta medicinal. “Aí está uma planta utilíssima que viceja em abandono nas imediações dos povoados goianos. Os nossos conterrâneos devem procurar cultivá-la, porque nela está um dos futuros econômicos de Goiás (CURADO, 1918, p. 111). Porém, o artigo seguinte, assinado pelo Dr. Antonio Pimentel, desaprova o que foi divulgado na edição anterior e faz algumas correções sobre o uso da planta. O

Dr. esclarece que a espécie que viceja em são Paulo, Minas Gerais e Goiás não é a *Lobelia cardinalis*, tão pouco uma lobeliacea, tratando-se, portanto, de uma solanacea, ou *Solanum auriculatum*. O texto enfatiza também sobre os riscos do uso indiscriminado da fruta, pois, segundo ele, suas propriedades medicinais ainda não eram bem conhecidas, e tendo ele a certeza de que a mesma possui propriedades tóxicas, uma vez que um de seus filhos, tendo ingerido a planta teria se envenenado e corrido sério perigo com fortes diarreias e vômitos. Ele recomenda ainda que não se adultere a famosa marmelada de Santa Luzia com a inclusão de parte de lobeira em seu feito.

E, pois, penso que não se deve ser lançada e muito menos defendida a ideia de se falsificar a marmelada de Goyaz, que já tem grande fama pelas suas excelentes propriedades; ao contrário, deve-se procurar cada vez mais levantar essa merecida fama, e de vez abandonar a fruta de lobo, que não é impossível ter outra qualquer aplicação, em vista do alcaloide que tem (PIMENTEL, 1918, p. 118).

A outras espécies vegetais também foram destinadas atenção, como a *Manihot pseudoglaziovii* Pax & K. Hoffm ou maniçoba, a massaranduba (*Mimosopes ellata*), a gameleira (*Ficus elástica*), as mangabeiras (*Hancornia speciosa* e *H. pubescens*) cuja exploração se deu em função da capacidade da produção de látex e alimentação do comércio da borracha, “A exportação de dezembro de 1917, pela Estrada de Trem de Ferro de Goyaz passou [...] cerca de 14.295 kilos de borracha”. No trecho do artigo *O que Goyaz produz e exporta* (p.89), percebe-se o perfil comercial estabelecido com alguns países da Europa e das Américas,

(...) arroz, feijões (favas inclusive), milho, farinhas de milho e de mandioca; açúcar, marmeladas e outros doces; Crystal de rochas de diferentes cores e todas as pedras preciosas que o Brasil exporta; algodão, paina e outras fibras têxtis; fumo de corda e desfiado; caucho, borracha de maniçoba e de mangabeiras.

Ainda, a padagia ou padagi, uma trepadeira abundante das matas de galeria da cabeceira dos rios Ouro, Aldeia e Tauá ganhou notoriedade por suas propriedades medicinais. Suas raízes eram administradas na forma de tintura, decocto e elixir como um adaptógeno natural, anti-inflamatório aplicado às nevralgias, tratamento de afecções urogenitais e esterilidade. Tamanha eficácia terapêutica fez com que as preparações fitoterápicas desta espécie fossem comercializadas na Pharmacia Burjack e também exportadas para a Europa (PIMENTEL, 1922, p.83).

Não menos interessante, que a padagia, uma lista de outras espécies medicinais merece os olhares da atualidade, pois ocorrem no bioma Cerrado e fazem parte da medicina popular e tradicional campesina do Brasil Central.

A flora medicinal goiana é mencionada como “extraordinária”. Na paisagem cerratense se configurava o velame (*Croton fulvus*), a curraleira (*Croton antishyphiliticus*), a erva andorinha (*Euphorbia* sp.), a coto-cotó (*Rudgea viburnioides*) e a bolsa de pastor (*Zeyheria digitalis*) utilizadas no tratamento à sífilis e outras afecções urogenitais; a douradinha (*Policourea aurata*), um potente diurético e anti-inflamatório; a jarrinha (*Aristolochia galeata*) e a plumeria (*Plumeria lancifolia*) descritas como antídotos para picadas de cobra; as sucupiras (*Pterodon* sp.), as quinas (*Cinchona* sp.) empregadas “para-tudo”; a congonha-do-campo (*Luxemburgia polyandra*) e algodão-do-campo (*Cochlospermum regium*), consideradas anti-diarreicas e anti-inflamatórias; a copaíba (*Copaifera langsdorffii*). Outras como caju (*Anacardium* sp), a jalapa (*Mirabilis jalapa*), andiroba (*Carapa guianensis*), manacá (*Spiranthera odoratissima*), o amaroleite (*Operculina macrocarpa*), as cocas (*Erythroxylum* sp) e a poaia (*Cephaelis ipecacuanha*) também foram citadas.

Essas duas últimas citadas pela abundância da ocorrência e quem sabe, sob a ótica visionária de que ambas se tornariam grandes expoentes na indústria farmacêutica de hoje pela biossíntese de alcaloides como cocaína, emetina e cefalina respectivamente. Fato que culminou em um processo de erosão genética da *C. ipecacuanha*, sendo considerada uma espécie ameaçada de extinção (MAIA, 2017).

Houve ênfase na descrição da erva cidreira do campo (*Proelea paradoxa*) que exalava o perfume de seu óleo essencial, como demonstra esse relato:

Toda a planta, desde a raiz até as flores, contém quantidade notável do óleo essencial fortemente aromático e volátil, tanto que nos dias quentes e calmos, a atmosfera fica tão impregnada do cheiro tão agradável, semelhante ao da *Melissa officinalis* (SILVA, 1924, p.49).

Essa planta, bem como seu óleo volátil extraído por meio de destilação fracionada alcançou o mercado regional das boticas na época, com importância na perfumaria do Brasil.

No artigo *O indigenato das nossas plantas úteis*, o autor retrata a relação de resistência dos saberes indígenas sobre as plantas nativas frente às espécies exóticas trazidas por jesuítas e outros povos da Europa (SILVA, 1922, p.95). Assim, ele aponta:

Na ausência de materiais novos ainda por coligir, temos a tradição viva. Esta, que é memória de homem, nos mostra no passado e no presente que os naturais do país nunca se utilizaram das plantas industriais introduzidas pelos invasores europeus, antes pelo contrário, pois estes é que aprenderam deles a utilização da mandioca, da batata doce, do mendubi, do fumo (...).

Outra espécie vegetal apontada por sua majestosa morfologia é a palmeira buriti ou *Mauritia vinifera*, a quem Saint-Hilaire chamou “*palmier du desert, a la fois si élégante et si útil*”. Sua elegância e utilidade permitiram o aproveitamento quase integral da mesma. Do caule extraíam a seiva ou vinho do buriti, os frutos (côcos) aproveitados na fabricação de doce Saiêta – bastante palatável e com propriedades medicinais estimulantes- e as folhas utilizadas na cobertura de casas e na obtenção da seda do buriti, material de textura adequada para a produção de redes, esteiras e capas impermeáveis. Essa palmeira ocorre nas veredas, sendo um indicativo da presença de água.

Os relatos sobre o babaçu (*Attlea* sp), ou como era chamado anteriormente, palmeira de “babassu” demonstravam um notável interesse econômico devido à abundância de sua ocorrência, por quase toda a extensão do estado de Goiás e às características morfológicas dos cocos que se faziam superiores às espécies nativas de outros estados como a do Maranhão, por exemplo. (SILVA, 1923, p.59).

A cadeia produtiva do babaçu se tornou uma das mais representativas do extrativismo vegetal no Brasil, em razão da área de abrangência da palmeira babaçu (13 a 18 milhões de hectares em 279 municípios, situados em 11 Estados), bem como das inúmeras potencialidades e atividades econômicas que podem ser desenvolvidas a partir dela, de sua importância para famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência associada à sua exploração, e da forte mobilização social e política em favor do acesso livre aos babaçuais (CARAZZA, 2012).

Outra espécie vegetal de curiosa ocorrência na região de Goiás é o mangostão ou cientificamente denominada por Linneaus como *Garcinia mangustan*. Trata-se de uma planta exótica, natural de países orientais como a Tailândia, Malásia e Indonésia, que foi trazida para o Brasil e cultivada inicialmente no estado do Pará e Goiás, onde se adaptou muito bem devido às altas temperaturas (EMBRAPA, 1989).

O mangustão recebeu uma discreta referência na revista Informação Goyana (SILVA, 1928, p.15). Esta descrição parece ser uma das primeiras citações da espécie

em solo goiano, pois contradiz documentos que indicam a sua chegada no Brasil na década de 1940.

Por ter o fruto, um belo aspecto e sabor extremamente palatável foi considerada “a rainha das frutas e manjar dos deuses”, o que a fez ocupar lugar de destaque no cenário de exportação. Sob o aspecto medicinal, o mangustão possui propriedades antioxidante, antiinflamatória, antibiótica, dentre outras (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2019).

Assim, percebe-se que em alguns artigos da revista em análise, a paisagem exuberante é tratada pelos autores em perspectiva semelhante de descrições do Cerrado feitas pelos viajantes oitocentistas⁶. Estes autores deixam escapar em frestas de relatos, essa visão tomada de encanto, aos moldes dos desbravadores que por estes caminhos passaram em busca de produtos oriundos da natureza, com valor comercial e curativo, como as plantas úteis à medicina e ao alimento.

Para reforçar tal aspecto, ao analisar os títulos das matérias desta revista encontramos um número de 40 artigos que mencionam a “maravilha” da diversidade flora goiana e a valiosa contribuição comercial para o cenário regional e quiçá mundial.

Nos artigos Riquezas de Goiás I e II, os autores se referem de maneira detalhada aos reinos *Plantae e Fungi*, enaltecendo peculiaridades e endemismo, atributos que classificam a biodiversidade do bioma Cerrado, ainda hoje, como *sui generis*, dentre os demais biomas naturais e por isso merecedor de atenção no concernente à extinção (GOMES, 2008).

Questões Ambientais: reflorestamento, o Código Florestal e exploração agrícola na Revista *A Informação Goyana*

O Estado de Goyaz, de terra ubérrima e prenhe de seiva, não pode ficar quedo ante ao berrante espetáculo das devastações feitas pelo machado ou pelo fogo destruidor dos campos e das matas (SILVA, 1934, p. 96).

Nesse período da História de Goiás (1917-1935), já é possível perceber pelos temas tratados na Revista *A Informação Goyana*, certa preocupação voltada para as

⁶ Na análise de Silva e Pereira (2016), o fascínio nasce pelas diferentes espécies que em Goiás habitavam, pois, na Europa a paisagem era bastante diferente em relação à brasileira, em especial nos domínios do Cerrado.

questões ambientais, embora de modo sutil. Além dos constantes artigos que exaltam a exuberância da flora e fauna goiana, havia também muitas retificações de equívocos cometidos por cientistas que não conheciam a região e escreviam sobre ela, bem como alertas para problemas como a pesca predatória, o desmatamento e as queimadas.

Artigos em defesa do meio ambiente eram comuns na revista mesmo antes da institucionalização do Código Florestal Brasileiro, em 1934. Importante lembrar que a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN), popularmente conhecido de Novo Código Florestal é de 2012, e é a atual legislação brasileira que protege a vegetação nativa.

Em 1924, por exemplo, transparece na revista a questão da necessidade de elaboração de um código florestal⁷. Para tal, teria Americano do Brasil organizado uma conferência para discutir a política florestal. Segundo ele, a elaboração do Código Florestal seria o início da resolução do problema florestal e do abandono em que as matas se encontravam (SILVA; BRASIL, vol. VII, n. 11, 1924, p. 83).

No ano seguinte, a Revista trás um artigo intitulado *A carestia de pescado na Capital de Goyaz*, no qual relata a escassez de peixes no Rio Vermelho e no mercado da Cidade de Goiás. A explicação era a de que, esta escassez se devia, em parte, ao uso de dinamites nas águas do Rio Vermelho, que matava milhares de peixes sem proveito algum (SILVA; BRASIL, vol. VIII, n. 10, 1925, p. 77).

A preocupação com as queimadas e com o reflorestamento também é assunto de destaque na Revista. Em nota intitulada “Reflorestamento”, há um alerta sobre a proeminente diminuição das águas e contra o desmatamento, que seria o grande destruidor dos campos e matas de Goiás: “Apelamos, aqui, pelo governo, no sentido de coibir o exagero das derrubadas, das queimadas, bem como fazer executar o Código Florestal, criando mesmo, se possível, um departamento de reflorestamento do Estado” (SILVA; BRASIL, vol. XVIII, n. 12, 1934, p. 96).

Em outra passagem, é abordada na revista a questão das reservas florestais de Goiás. Em uma nota sobre o tema, há referência a uma missão oficial do Ministério da Agricultura que teria ficado encantada com as florestas de Goiás, mas chamado a atenção para o desmatamento inconsequente.

⁷ O primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, revogado posteriormente pela Lei 4.771/65, que estabeleceu o Código Florestal vigente até a publicação da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Para mais informações ver: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Academia Brasileira de Ciências. Grupo de Trabalho do Código Florestal. *O Código Florestal e a Ciência - Contribuições Para o Diálogo*. São Paulo: SBPC, 2011, p. 4.

A missão verificou que em Goiás, como em Minas, e como, certamente, em todos os estados do Brasil, perdura a antiga e perniciosa prática de derrubada de florestas em longas extensões para ser o terreno cultivado durante dois ou três anos e, em seguida, abandonado, dando lugar a novas derrubadas nas matas próximas (SILVA; BRASIL, vol. XVII, n. 3, 1932, p. 23).

No final, a matéria afirma que essa constatação da missão sobre a falta de fiscalização e os constantes desmatamentos que vinham ocorrendo em Goiás, reforçava o que a revista vinha denunciando em inúmeros números ao longo dos anos.

A exploração agrícola aparece em diversos números da revista. O problema crucial nesse período ainda era a questão da precariedade dos meios de transporte para ligação de Goiás com outros estados, principalmente com os litorâneos, para onde seriam encaminhadas as mercadorias advindas da agricultura.

Entre as mercadorias incentivadas para o cultivo estava o algodoeiro. Desde o século XIX o algodão de Goiás já era exportado para outros estados, fato observado e descrito, por exemplo, pelo viajante francês August de Saint Hilaire em 1819 por ocasião de sua passagem pelo Engenho São Joaquim, no município de Meia Ponte, atual Pirenópolis. Naquela época Saint Hilaire enaltecia as qualidades da produção do algodão, incentivando seu cultivo e exportação. Apesar dos incentivos desde o século XIX visando incrementar tal produção, em uma matéria de 1918, sobre a cultura do algodão de Goiás, Henrique Silva afirma que, apesar de ser ele de excelente qualidade, não se possui dados sobre a sua produção.

Atualmente, pelas tabelas organizadas na secretaria de finanças do Estado, documentos fictícios, cheios de lacunas, a exportação goiana não excede a 1.000 quilogramas de algodão em rama, e não se sabe absolutamente qual a produção nem o consumo do algodão manufaturado nos teares, modelos primitivos, que lá funcionam ainda, como a cem anos passados, quando novelos de linha de algodão corriam no comércio como moeda fiduciária (SILVA, 1918, p. 67).

Em artigo intitulado *A cultura dos campos goianos*, assinado por Victor de Carvalho Ramos (1917), percebe-se, ora um tom enaltecedor das possibilidades de Goiás para a produção agrícola, pois “Só o Estado de Goiás, dada a fertilidade exuberante de seu solo, uma vez dispendo os lavradores de modernos instrumentos agrícolas, produzirá o suficiente para abastecer todo o Brasil”; ora em tom de desabafo, afirmando que “A lavoura goiana, como tudo o mais que diz respeito às fontes de

progresso do meu Estado, até hoje nunca mereceu dos poderes públicos estaduais o mínimo auxílio” (RAMOS, 1917, p. 55). Por outro lado, o autor critica o modo como é praticada a lavoura, conduta prejudicial ao meio ambiente.

Outras vezes, abandonando os campos e chapadões que, corrigidos transformados com o auxílio dos arados, se tornam em fecundos solos agrícolas, os sertanejos devastam as florestas, põem abaixo uma riqueza nativa para, sobre as suas ruínas plantar e colher alguns milhares de espigas de milho, que não compensam o prejuízo causado à flora (RAMOS, 1917, p. 55).

Victor de Carvalho Ramos conclui que a pouca produtividade da lavoura goiana é devido à falta absoluta de máquinas agrícolas, a não aplicação de modernos princípios agronômicos e à falta absoluta de vias rápidas de transporte para a exportação dos produtos. Mas o autor reforça que há medidas que o governo pode e deve lançar mão para intensificar a produção, sendo elas: a diminuição do preço das terras devolutas, fornecimento gratuito ou a preços acessíveis de máquinas necessárias ao amparo da terra, e distribuição de sementes e folhetos contendo instruções de cultivo, por meio do Ministério da Agricultura. E finaliza taxativo quanto à necessidade de se proteger o Cerrado: “Depois disto, cumpre ao governo proibir terminantemente a devastação das florestas e as queimadas constantes” (RAMOS, 1917, p. 55).

Os Rios: natureza e redenção dos transportes na Revista *A Informação Goyana*

Nesse tópico busca-se analisar a importância dos rios no Brasil Central e como eles foram abordados nesse meio de comunicação nas primeiras décadas do século XX. A análise dos artigos referentes a este tema específico visa formar uma ideia de conjunto sobre as imagens que prevaleceram sobre os rios, buscando uma compreensão geral de como esta temática foi abordada e/ou representada no periódico.

Entre os diversos assuntos catalogados na Revista *A Informação Goyana*, os artigos sobre os rios merecem destaque, pois é bastante significativo o espaço dedicado a eles. São notícias, em sua maioria, chamando a atenção para o potencial que os rios e suas margens ofereciam e as possibilidades de exploração, principalmente pela melhoria das condições de navegação.

Prevalece nas matérias publicadas uma abordagem elogiosa ao exagero, exaltando suas inúmeras riquezas e belezas naturais. Termos como “majestade régia”,

“praias lindíssimas”, “areias alvíssimas”, “magníficas ilhas verdejantes e perfumadas”, “madeiras nobres, raras e preciosíssimas” etc, são uma constante nas publicações da revista, como esta que se segue.

A riqueza incalculável do Tocantins e do Araguaia em castanhas de babassu (sic), borracha, madeiras, inúmeros frutos de óleos e bem assim as magníficas pastagens naturais que se estendem pelo vale, [...] grandes rebanhos de bovinos, sem contar ainda a fertilidade extraordinária da terra para todos os cereais, inclusive o trigo, tudo mostra que o aproveitamento econômico da região importaria em formidável acréscimo dos recursos de produção do Brasil (SILVA; BRASIL, vol. VIII, n. 9, 1925, p. 70).

Quanto às possibilidades de navegação, os rios são apresentados, na maioria dos artigos, como francamente navegáveis, ou como sendo de fácil solução, com a efetivação de investimentos para transformá-los no principal meio de comunicação da região central do Brasil com o litoral. Sobre esta questão, são publicados e comentados diversos relatórios de estudos de comissões com vistas à implementação de melhorias visando o aproveitamento desses rios como meio de transporte, além de projetos de leis, também com este fim.

São comuns ainda, matérias com o intuito de esclarecer sobre as bacias hidrográficas e sobre a localização dos diferentes afluentes dos rios. Constatou-se a predominância de artigos sobre os rios Araguaia e Tocantins com seus afluentes, mas aparecem também, embora com menos frequência, os rios Paranaíba, São Marcos e das Mortes.

Outro tipo de publicação sobre os rios, recorrente na Revista, são os relatos de viagens por nacionais e estrangeiros que oferecem riqueza de detalhes sobre aspectos geográficos, climáticos e populacionais das margens desses rios. Exemplar é o artigo *Os Dominicanos no Araguaya*, em que são apresentados os resultados da atuação dessa ordem religiosa na região do Araguaia, ressaltando ora a fundação de novos núcleos urbanos ora um novo impulso aos já existentes. Segundo o artigo, que exalta a atuação dos religiosos na região, sua ação se pautou em diversas frentes como, o incentivo ao povoamento, a abertura de estradas, a fundação de escolas e a catequese indígena, entre outras.

Fundam povoados, dão novo impulso a outros, traçam estradas de penetração à civilização, lutam contra o analfabetismo e a falta de higiene, civilizam índios bravios, pacificam zonas novas e sem

garantias, incentivam seu desbravamento e povoamento, abrem novos campos e mercados ao intercâmbio comercial, animam as indústrias agrícola e pastoril, animam os costumes, dando a todos, exemplos de vida operosa e virtuosa, ensinam a crença dos fundadores e glória da nossa nacionalidade, e sem alarde, os dominicanos no Araguaia se sacrificam e trabalham pelo engrandecimento do Brasil (SILVA; BRASIL, vol. XVIII, n. 1, 1934, p. 83).

Em outra passagem, uma nota em tom profético, citando Couto Magalhães, chama a atenção dos poderes públicos sobre as possibilidades da utilização dos rios como meio de comunicação: “Os goianos devem voltar os olhos para o Araguaia, como os israelitas para as colunas de fogo que os guiaram no deserto” (SILVA; BRASIL, vol. XVI, n. 9, 1932, p. 66).

Finalmente, é importante ressaltar que as imagens dos rios se apresentam também em forma de fotografias e poemas. Os textos sobre os rios são geralmente ilustrados com fotos⁸ da época, que permitem, por exemplo, visualizar um pouco das paisagens, da estrutura dos barcos, das populações ribeirinhas, das embarcações, bem como da diversa e rica flora e fauna da região.

Os poemas também oferecem interessantes subsídios para se compreender o universo e o cotidiano das populações ribeirinhas na sua constante e íntima interação com os rios, como nas estrofes de um poema de autoria de Abílio Nunes, intitulado Barqueiro do Tocantins.

Bate vara, bate vara!
Alto o piloto gritou.
Mas na aflição do vareio
da mão lhe a vara soltou.
Por um dos tristes azares
que a sorte manda jogar
foi o bote se quebrar
na pedra do Joaquim Ayres.

Uns ficaram na pedra,
outros na água caíram
e heroicamente nadando
embaixo noutra saíram.
O patrão doido ficou,
pois o bote e o conteúdo,
carga, bagagem e tudo
água abaixo rolou (NUNES, 1935, p. 49).

⁸ Como as imagens encontradas na revista não estão com boa resolução, optamos por não as utilizarmos neste artigo.

O poema acima retrata bem o cotidiano vivenciado pelos barqueiros e tripulantes nas longas jornadas das viagens nas rústicas embarcações pelos rios Araguaia e Tocantins. A navegação não era fácil, sendo os acidentes constantes, como expresso no poema acima. Por isso, ao saírem para as viagens, as despedidas eram demoradas e sofridas, pois os riscos eram muitos e nem todos conseguiam voltar. No caso de o barco bater em uma pedra ou virar, além da perda de mercadorias, as mortes eram recorrentes. Interessante observar que tal era a familiaridade dos barqueiros com o rio, que os lugares de perigo possuíam denominações específicas, expressando relação com algum acidente ou fato ocorrido ao longo do rio.

A análise do tema rios/navegação na revista evidencia que, em sua maioria, as publicações apresentam uma visão romântica e idílica no que se refere às belezas naturais dos rios, da vegetação em suas margens e das ilhas, principalmente da ilha do Bananal. Quanto ao problema da navegação, percebe-se que o discurso predominante era aquele que exaltava suas potencialidades, minimizando as dificuldades para tornar esses rios francamente navegáveis, além de uma constante defesa de maiores incentivos em prol da melhoria da navegação, o que seria a solução para as dificuldades de transportes que o Estado de Goiás enfrentava no período.

Considerações Finais

Independente das razões, motivações e esforços para o surgimento e circulação da Revista *A Informação Goyana* de 1917 a 1935, sua importância enquanto fonte histórica é incontestável, como já destacado. Embora o periódico apresente um caráter eminentemente propagandístico da região – como bem mostra a epígrafe no início do artigo – com vistas a atrair investimentos para explorar as riquezas naturais, sua grande relevância está no que representa enquanto fonte de pesquisa, em forma de textos e imagens de uma realidade interiorana que na época era pouco conhecida dos grandes centros. A apresentação e divulgação desse conteúdo possibilitou a preservação de um acervo que, com o tempo, poderia ter se perdido tal como anda ameaçado, o próprio bioma Cerrado e suas riquezas ainda não descritas neste, ou em qualquer veículo de comunicação.

Goiás, no contexto da fundação da revista, era um estado que carecia de investimentos que propiciassem uma sólida estrutura para seu desenvolvimento. Os fundadores do periódico, dois goianos, ressentiam-se dessa situação e pretenderam dar sua contribuição para que a região galgasse uma melhor condição no país, tornando-a

mais conhecida e incentivando os investimentos em seu rincão natal. A intenção é claramente observada na análise do opúsculo de Taunay (1876), que discorre sobre a Exposição Nacional de 1875, onde espécies da flora com potencial medicinal e industrial são descritas com detalhes com vistas ao comércio de exportação como uma estratégia de aproveitamento econômico.

Quanto aos temas investigados nesse estudo, o Cerrado, a natureza e o meio ambiente, constatou-se que por meio dessa publicação é possível conhecer muito dos aspectos referentes à sua composição, utilização e principalmente sobre o pensamento da época, de como “domar” essa natureza.

Em mais de uma vez, os editores reforçam a necessidade de se desfazer os muitos enganos sobre a região do Brasil Central propalada tanto por viajantes nacionais e estrangeiros, não perdoando nem os funcionários do Ministério da Agricultura. O maior problema, segundo eles era o de emitir opiniões sem conhecer a flora e fauna do Cerrado. As matérias, além de esclarecer sobre o uso de diversas plantas, alertam para os riscos de se incorrer em mal uso de algumas delas.

As questões ambientais também têm lugar de destaque na revista. Em diversas matérias podem ser encontradas advertências quanto ao desmatamento das matas ciliares, às queimadas, à pesca predatória entre outras. Mas concomitante à defesa do meio ambiente aparecem preocupações com o desenvolvimento econômico, principalmente no sentido de uma melhor definição sobre quais produtos cultivar e como cultivá-los. Para isso, há a defesa de uma necessária política do Ministério da Agricultura de incentivo à produção agrícola voltada para as condições da região.

Tema que perpassa todas as publicações da revista é a questão dos meios de comunicação, principalmente o do transporte fluvial. Tanto no que se refere à preservação da natureza quanto ao desenvolvimento econômico, os rios são apresentados como ponto primordial para a integração do centro do país. Apesar das inúmeras dificuldades que se apresentavam para uma franca navegação dos rios, a maioria das matérias eram otimistas quanto à solução desse problema. Chama a atenção também, o enaltecimento das riquezas desses rios e suas margens, como as plantas nativas, as pastagens naturais e as terras férteis.

Enfim, com tão escassos meios de comunicação para essa região nas primeiras décadas do século XX, essa fonte oferece inúmeras possibilidades para se conhecer melhor uma parte do Brasil Central no que se refere ao Cerrado e ao seu ambiente no período. Fornece elementos de arcabouço histórico que podem subsidiar investigações

nas diversas áreas do conhecimento como humanidades, saúde e biologia. Para se estudar e proteger o Cerrado de tão grande devastação que o assola nas últimas décadas, seu conhecimento por meio de uma fonte impressa que teve início há mais de cem anos pode contribuir para tal empreitada.

Agradecimentos: À Universidade Estadual de Goiás. À Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás por meio do Convênio UEG/CAPES N. 817164/2015, disponibilizar recursos via Edital n.10/2019 Pró-projetos e Programas. Ao Programa de Pós-graduação Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER).

Referências

BRASIL, Americano do. “A vegetação e a fertilidade do solo goyano”. *A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 15 de agosto de 1917. p.2-3.

CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu. Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.

CURADO, Erico. “A lobeira”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.1, n.9, 15 de abril de 1918. p.111.

DIAS, B.F.S. “Cerrados: uma caracterização”. In: *Alternativa de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis*. Brasília: IBAMA. p.11-25.

EMBRAPA. Brasil. MULLER, C. H.; CALZAVARA, B. B. G.; GUIMARÃES, A. D. G. Mangostão. Belém: Embrapa-CPATU, 1989. Disponível em: <http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br>. Acesso: nov, 2019.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Mangosteen. Disponível em: <https://www.britannica.com/plant/mangosteen>. Acesso em: 20/12/2019.

GOMES, Horieste. “Cerrado: extinção ou patrimônio nacional?” In: *Universo do Cerrado*. GOMES, H.(Org.), Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p.7-13.

LUCA, Tania Regina de. “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIA, Hemília. De abundante a quase extinta, a poaia é pesquisada em Mato Grosso. Governo do Estado do Mato Grosso: UNEMAT, 2017. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/5502462-de-abundante-a-quase-extinta-a-poaia-e-pesquisada-em-mato-grosso>. Acesso em 02/01/2019.

MULLER, C. H.; CALZAVARA, B. B. G.; GUIMARÃES, A. D. G. Mangostão. Recomendações básicas, Embrapa, 1989.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O Papel Político Educativo de A Informação Goyana na Construção da Nacionalidade*. Goiânia: UFG, 2003.

NUNES, Abilio. “Barqueiro do Tocantins”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.19, n.8, março de 1935. p.48-49.

ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central. Subsídios à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1983.

PALACIN, Luís. *O Século do Ouro em Goiás*. Goiânia: UCG, 1994.

PALACIN, Luís; MORAES Maria A. de S. *História de Goiás (1722-1972)*. 5. ed. Goiânia: UCG, 1989.

PIMENTEL, A. “Flora Medicinal Goyana”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.5, n.11, junho de 1922. p.83-84.

RAMOS, Victor de Carvalho. “A cultura dos campos goyanos”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.1, n.5, 15 de dezembro de 1917. p.55.

RAMOS, Vitor de Carvalho. “Um mundo desconhecido”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, 1917. p.24-25.

RATTER, J.A. The conservation situation of the Brazilian cerrado vegetation. *Report for The World Wildlife Found*. Edinburgh, Royal Bot.Garden, 1991.p.19.

SILVA, Francisco Ayres da. *Caminhos de Outrora - Diário de Viagens*. Goiânia: Oriente, 1972.

SILVA, Henrique. “A cultura do algodoeiro em Goyaz”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.1, n.6, julho de 1918. p.67-68.

SILVA, Henrique. “A Flora medicinal de Goyaz”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.15, junho de 1931, p. 76.

SILVA, Henrique. “A Informação Goyana”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 15 de agosto de 1917. p.1.

SILVA, Henrique. “Coco da palmeira babaçu”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.7, n.8, março de 1923. p.59.

SILVA, Henrique. “Madeiras de Goyaz”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.10, n.2, Setembro de 1926. p.16.

SILVA, Henrique. “Notas e Informações”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.12, n.2, março de 1928. p.59.

SILVA, Henrique. “Notas e Informações”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.18, n.12, julho de 1934. p.96.

SILVA, Henrique. “O indigenato das nossas plantas uteis”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.5, n.12, julho de 1922. p.95.

SILVA, Henrique. “O que Goyaz produz e exporta.” *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.1, n.8, 15 de março de 1918. p.89.

SILVA, Henrique; BRASIL, Americano do. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, 1917/1935.

SILVA, Henrique; BRASIL, Americano do. “O Problema Floresta: uma conferência do dr. Americano do Brasil”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.7, n.11, junho de 1924. p.83.

SILVA, Henrique; BRASIL, Americano do. “A carestia do pescado em Goyaz”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.8, n.10, maio de 1925. p.77.

SILVA, Henrique; BRASIL, Americano do. “Notas e Informações de Goyaz: Reflorestamento”. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.8, n.12, julho de 1934. p.96.

SILVA, Lorena B.; PEREIRA, Robson M. “O Cerrado de Saint-Hilaire: as representações naturalistas de um viajante francês do século XIX”. *Fronteiras: Journal of Social, Techn. and Sciense*. <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/> v.5, n.2, p. 214-225, 2016.

TAUNAY, Alfredo de Escragolle. *A província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

THIELEN, Eduardo Vilela et al. *A Ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1991.